CONTAS PÚBLICAS

"Ajuste fiscal foi necessário"

Para presidente da Febrafite, alterações no arcabouço garantem o controle de gastos, mas é preciso manter as políticas sociais

» BEATRIZ VASCONCELOS*

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press



Ao contrário do que vários setores pedem, Spada defende que o governo mantenha o calendário de implantação da CBS e do IBS

Aponte a câmera e veja a entrevista na íntegra

Para muito além do valor, o ajuste fiscal é a sinalização de que o Lula 4 vai ter um compromisso maior com ajustes fiscais"

Rodrigo Spada, *presidente da Febrafite*

O ajuste fiscal, sancionado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva simboliza uma mudança de pensamento do governo e um compromisso com o ajuste das contas públicas. A opinião é do presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, em entrevista, ontem, ao programa Entrevista.

Spada pondera, no entanto, que a consolidação das contas não deve depender exclusivamente da contenção de despesas. Na conversa com as jornalistas Denise Rothenburg e Mila Ferreira, ele defendeu que a melhoria do ambiente de negócios e a desburocratização proporcionadas pela Reforma Tributária são caminhos para impulsionar a economia, gerando um aumento automático da arrecadação, sem a necessidade de elevação da carga tributária. Para Spada, com essas medidas de eficiência do aparato estatal, é possível fazer o ajuste sem cortar políticas sociais, que considera muito importantes para combater as desigualdades no país.

"O que o ajuste fiscal sinaliza é uma mudança no pensamento do governo, com o compromisso do ajuste das contas públicas. Para muito além do valor, o ajuste fiscal é a sinalização de que o Lula 4 vai ter um compromisso maior com ajustes fiscais"

Rodrigo Spada também abordou a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2024), conhecida como PEC Social, que trata da redução gradual e extinção da contribuição previdenciária cobrada dos servidores públicos aposentados. Para ele, a cobrança é injustiça, pois penaliza quem já cumpriu todos os requisitos e adquiriu o direito à inatividade, algo que não possui no setor privado. Spada ressaltou que a PEC busca restabelecer a isonomia, destacando que os trabalhadores da iniciativa privada deixam de contribuir assim que se aposentam.

Quando questionado sobre o impacto orçamentário da PEC 6 em um momento de controle de gastos, o presidente da Febrafite explicou que o custo da proposta para a União é estimado em R$ 2,16 bilhões por ano. O valor é considerado modesto quando comparado à meta do ajuste fiscal.

Ao analisar a regulamentação da Reforma Tributária, o presidente da Febrafite manifestou preocupação com os estudos recentes do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontam a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) em 11,3%, patamar superior aos 9% previstos, inicialmente, por especialistas. Caso a projeção do órgão se confirme, a base proporcional do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal) empurrará o IVA total para mais de 30%, colocando a tributação sobre o consumo no Brasil entre as maiores do mundo.

Apesar dos desafios técnicos e das discussões levantadas sobre a concessão de um ano adicional de testes na transição, Spada se declarou contrário ao adiamento do cronograma. Ele enfatizou que adiar a implementação compromete a previsibilidade do setor produtivo e defendeu a manutenção do início da vigência em janeiro de 2027.

Split payment

No programa. Spada detalhou mecanismos práticos da nova tributação, esclarecendo o funcionamento do split payment. O sistema recolherá impostos automaticamente no momento da liquidação financeira entre empresas, garantindo créditos tributários e coibindo a sonegação por meio de "notas frias" e empresas de fachada. O convidado garantiu que o mecanismo não trará qualquer impacto ou alteração no fluxo de caixa do consumidor final no balcão de supermercados, padarias ou restaurantes.

Rodrigo também destacou a inclusão do cashback — proposta originada de estudos da própria Febrafite em 2015 para mitigar a regressividade dos impostos sobre o consumo — no novo sistema tributário do país. O mecanismo devolverá cerca de 20% dos tributos pagos em compras e serviços a aproximadamente 70 milhões de pessoas cadastradas no CadÚnico.

Roberto Farias / Agência Petrobras



A CEO da Petrobras rebateu críticas contrárias a investimento de US$ 122 bi

Chambriard descarta dívida

» RAFAELA BOMFIM

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, defendeu, ontem, o plano de investimentos de US$ 122 bilhões da estatal para o período de 2027 a 2031 e contestou as críticas de analistas do mercado financeiro sobre o aumento dos gastos. Segundo a executiva, o planejamento mantém critérios rigorosos de rentabilidade e foi elaborado para garantir a sustentabilidade dos projetos mesmo diante de uma eventual queda no preço internacional do petróleo. Ela também descartou a necessidade de ampliar o endividamento da companhia para executar as iniciativas.

Durante coletiva de imprensa, Magda afirmou que a diferença entre o novo plano e o anterior, que previa US$ 109 bilhões, é menor do que aparenta. De acordo com a presidente, aproximadamente US$ 7 bilhões dos US$ 13 bilhões adicionais correspondem aos efeitos da inflação e da variação cambial. Com esses fatores descontados, o aumento real fica em cerca de US$ 6 bilhões. "Quando a gente olha o porte desses investimentos e a variação de um projeto pelo outro, eu não consigo ver essa diferença que os analistas veem", declarou. Em seguida, resumiu: "A variação é muito pequena".

A executiva também ressaltou que os investimentos precisam apresentar retorno mesmo em condições desfavoráveis de mercado. Para aprovar os projetos, a Petrobras utiliza como referência o preço mínimo de US$ 50 para o barril do tipo Brent, patamar mantido no planejamento atual. As projeções financeiras consideram uma média de US$ 74 por barril em 2027 e US$ 70 entre 2028 e 2031. "Os projetos só são aprovados se forem atrativos em preços baixos", afirmou. Magda acrescentou que a instabilidade do mercado exige decisões cautelosas. "Quando a gente olha para um cenário de tal incerteza, onde a gente não sabe direito o que vai acontecer, só tem uma coisa a fazer: é trabalhar com cautela, de forma absolutamente conservadora e com muita disciplina de capital", disse.

Sobre a situação financeira da companhia, a presidente afirmou que o plano não prevê aumento da dívida, mas a continuidade de sua redução. "A prioridade é crescer gerando valor, portanto isso tem que ser sustentável e financiável com geração de caixa da companhia. Não estamos falando em aumentar dívida com esse plano, estamos falando em reduzir dívida", declarou. Segundo a executiva, a Petrobras poderá registrar excedente de caixa entre US$ 20 bilhões e US$ 25 bilhões nos próximos cinco anos, recursos que poderão ser destinados a novos projetos, à redução do endividamento ou ao pagamento de dividendos extraordinários. Magda classificou a dívida como pequena diante da capacidade financeira da estatal e afirmou: "É uma dívida que poderíamos pagar a qualquer momento".

O plano aprovado pelo Conselho de Administração prevê que aproximadamente US$ 87 bilhões, mais de 70% do total, sejam destinados à exploração e produção. Outros US$ 24 bilhões serão aplicados em refino, transporte, fertilizantes e atividades relacionadas.

ESCALA 5X2

Governo vai punir quem não cumprir jornada

» MARIANA GARCIA*

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Marinho rebateu as críticas de representantes do setor econômico sobre possíveis prejuízos às empresas

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, ontem, que o governo vai punir empresas que, deliberadamente, descumpram as novas regras da jornada trabalho. A fiscalização ficará a cargo da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

A orientação inicial, segundo o ministro, será priorizar o diálogo e a adaptação das empresas, por meio do procedimento de dupla visita, antes da aplicação de multas. As superintendências regionais do Trabalho também poderão intermediar conflitos entre empregadores e funcionários.

A estratégia, porém, não impedirá punições em casos de descumprimento deliberado. "Se, claramente, uma empresa fala: 'Não vou cumprir porque não vou cumprir,' não tenho que sensibilizar. Ela tomou uma decisão irresponsável, portanto sofrerá as consequências", declarou o ministro em entrevista programa ao Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação.

A implementação da escala 5x2 começa em 16 de dezembro, com a redução da jornada máxima de 44 para 42 horas semanais e a garantia de dois dias de descanso remunerado. Em 16 de dezembro de 2027, o limite chegará a 40 horas. Prevista no Decreto nº 13.173/2026, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 141/2026, a medida não poderá resultar em redução do salário mensal.

Marinho rebateu as críticas de representantes do setor econômico sobre possíveis prejuízos às empresas. "Nunca vimos fechar uma empresa por redução e por conquista da classe trabalhadora", afirmou.

Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, 14,8 milhões de trabalhadores estão atualmente na escala 6x1. Outros 21,7 milhões já folgam dois dias por semana, mas ainda cumprem jornadas de até 44 horas. Os dois grupos serão alcançados pela redução da carga horária.

Marinho estimou que mais de 30 milhões de pessoas terão a jornada reduzida e poderão folgar em dois dias por semana. "Imagine uma pessoa ter um dia só de folga na semana para cuidar de todas as questões da sua vida relacionadas aos filhos, à casa, aos problemas pessoais, enfim, cuidar da sua beleza. Um dia só é muito pouco na semana", disse.

Acordos coletivos

A distribuição dos dias de descanso dependerá da existência de acordo ou convenção coletiva. Sem negociação entre empresas e sindicatos, a regra geral prevê folgas aos sábados e domingos. Com acordo, os descansos poderão ser distribuídos ao longo do mês, desde que sejam garantidas oito folgas, ou nove nos meses de 31 dias e, preferencialmente, pelo menos um domingo de descanso.

Quem não formalizar um acordo até o prazo terá de seguir a regra geral, com descanso aos sábados e domingos. "Recomendo que os empresários corram e que os trabalhadores também corram para fechar até o dia 16. Isso é o ideal", afirmou Luiz Marinho.

A redução da jornada também altera o cálculo do salário-hora e das horas extras. O divisor utilizado atualmente para quem trabalha 44 horas semanais é 220. Com a jornada de 42 horas, passará a 210 e, quando o limite chegar a 40 horas, será de 200. Na prática, o salário mensal será preservado, mas o valor de cada hora trabalhada aumentará. Com isso, eventuais horas extras também serão calculadas sobre uma base maior.

Marinho exemplificou a mudança com um trabalhador que recebe R$ 3 mil por mês: a remuneração continuará no mesmo valor, mas o cálculo do salário-hora será reajustado conforme a redução da jornada. O efeito será percebido no pagamento de horas extraordinárias.

***Estagiárias sob supervisão de Edla Lula**